

# EM TORNO DA VISITA RÉGIA DE 1901 AOS ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA E DOS AÇORES<sup>1</sup>

Susana Serpa Silva\*

**Resumo:** a visita régia de 1901 representou um momento único na história dos arquipélagos atlânticos. Pelo seu simbolismo e impacte, volvidos mais de cem anos sobre a sua ocorrência, continua a perpetuar-se na memória colectiva local. A análise dos seus antecedentes, da organização e do contexto em que se efectuou, das causas ou motivações que levaram D. Carlos a vir às ilhas, bem como dos múltiplos significados e interpretações que a visita assumiu e suscitou constitui o principal objectivo deste trabalho que, todavia, não esgotará, de certo, esta questão que tem merecido já a atenção de diferentes historiadores.

**Palavras-chave:** Visita Régia, D. Carlos, Açores, Madeira, política interna e externa.

**Abstract:** the king's visit of 1901 was a unique moment in the History of atlantic archipels. By it's symbolism and impact, in spite of more than one hundred years past, it still reamains in local collective memory. The analisys of the foregoing, of the proceeding and context, the main causes that moved

---

<sup>1</sup> O presente artigo corresponde, com algumas alterações, à comunicação feita no Colóquio *D. Carlos e a Crise da Monarquia Constitucional. O fim trágico de um reinado*, que decorreu em Ponta Delgada, na Universidade dos Açores, a 21 e 22 de Fevereiro de 2008, por ocasião da evocação do centenário do regicídio.

\* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores ([susanasilva@uac.pt](mailto:susanasilva@uac.pt)).

Centro de História de Além-Mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores.

D. Carlos visiting the islands and also the different meanings and interpretations of the event, is the principal purpose of this work that, however, would not exhaust this matter, which has been treated by several historians.

**Key Words:** King's Visit, D. Carlos, Azores, Madeira, internal and foreign policy.

## 1. Antecedentes e contextos

A viagem do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, nos inícios do Verão de 1901, decorreu com pompa e circunstância, movimentando as populações insulares que acorreram, em massa, a saudar tão ilustre, quanto inédita visita<sup>2</sup>.

Em Dezembro de 1900 haviam sido notificadas as autoridades insulares sobre a intenção dos monarcas em visitar as ilhas, iniciando-se, desde logo, os preparativos conforme solicitação do então Presidente do Conselho<sup>3</sup>. Entre os meios progressistas insulares, a viagem preparada pelos regeneradores foi vista com certo incomodo, procurando mesmo alguns membros do partido da oposição sonegar algum do brilhantismo da iniciativa, em proveito próprio<sup>4</sup>. Atendendo à importância do evento, as autoridades locais empenharam-se na sua dispendiosa organização, pois não obstante as dificuldades orçamentais, desde Novembro de 1900, que havia movimentações, por exemplo, da parte da Junta Geral de Ponta Delgada, no sentido de enviar uma mensagem ao rei acalentando tão fausta visita, que muito honraria o distrito<sup>5</sup>.

A notícia, porém, parece não ter sido logo e amplamente divulgada no país, dado que, por meados de Maio de 1901, alguma imprensa nacio-

---

<sup>2</sup> Sobre a visita régia aos Açores, veja-se *Insulana. A Visita Régia, 1901-2001*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. LVII, 2001, publicado aquando da celebração do centenário do evento e que inclui artigos de Carlos Cordeiro, Henrique de Aguiar, Marcus de Noronha da Costa e Susana Serpa Silva.

<sup>3</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) – Fundo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (FERHR), Caixa 9.4.1-9.4.3, *Carta do Marques da Praia e Monforte*, 21 de Dezembro de 1900.

<sup>4</sup> BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.3, *Carta particular e confidencial do Governador Civil da Madeira a ERHR*, 1 de Dezembro de 1900.

<sup>5</sup> BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.2, *Carta do Governo Civil de Ponta Delgada com Cópia da Deliberação da Junta Geral*, 21 de Novembro de 1900.

nal ainda anunciava como não estando certa a viagem dos soberanos aos Açores e à Madeira, considerando que os problemas de natureza política pareciam preocupar mais os governantes de então, — numa clara alusão aos desentendimentos entre Hintze Ribeiro e João Franco<sup>6</sup>.

Porém, à revelia das querelas políticas, afiguravam-se como prenúncios auspiciosos da visita régia às ilhas, a bem sucedida deslocação dos monarcas à cidade do Porto e as espontâneas e inesperadas ovações populares ao rei, em Abril de 1901, na corrida taurina do Campo Pequeno e que se presumem devido à sua posição equidistante em relação à questão religiosa. Em Maio, D. Luís Filipe, que contava apenas 14 anos de idade, fizera nas Cortes o juramento de príncipe herdeiro, em cerimónia que alguns contemporâneos almejavam fosse indiciadora de novos tempos para a Monarquia<sup>7</sup>.

Há muito que D. Carlos se preocupava em fazer do príncipe “um homem”, especialmente atendendo à época que atravessavam: a conturbada passagem de século. Por isso, nomeara como seu preceptor e aio, Joaquim Mouzinho de Albuquerque, militar valoroso e victorioso nas campanhas de África. A escolha recaía em Mouzinho porque, segundo as próprias palavras do rei, não poderia por diante do filho “nem mais valentia, nem mais amor ao seu Rei, nem mais lealdade à sua Pátria”<sup>8</sup>. Eram estes os valores que o monarca desejava transmitir ao herdeiro do trono português, o qual não acompanhou os pais na viagem insular, mas chegou ainda a visitar, enquanto príncipe real, os territórios portugueses em África<sup>9</sup>.

Não obstante as viagens ao estrangeiro se terem tornado habituais no reinado de D. Luís e também no de D. Carlos, os territórios atlânticos e ultramarinos nunca tinham sido oficialmente visitados pelo chefe de Estado, enquanto tal<sup>10</sup>. Se em 1858, a bordo da corveta *Bartolomeu Dias*, acompa-

<sup>6</sup> *A Nação*, nº 13.560, 22 de Maio de 1901.

<sup>7</sup> A sua estreita como regente verificar-se-ia durante a viagem dos pais a Espanha, em 1906, ano em que igualmente entrou para o Conselho de Estado. Em 1907, já como Príncipe da Beira e Duque de Bragança e de Saxônia, acompanhou o ministro da Marinha visitando os territórios portugueses em África. Cf. Manuel de Sousa (2000) — *Reis e Rainhas de Portugal*, Mem Martins, Sorpress, p. 155.

<sup>8</sup> Cf. António Cabral (1930) — *Cartas d’El-Rei D. Carlos I a José Luciano de Castro*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil, Carta 18<sup>a</sup>, p. 244.

<sup>9</sup> Atendendo à juventude dos príncipes, era quase sempre delegada no irmão de D. Carlos, o Infante D. Afonso, a representação da Coroa portuguesa em determinados eventos nacionais e estrangeiros.

<sup>10</sup> Sendo certo que D. Pedro IV esteve nos Açores, em 1832, motivado pela situação decorrente das lutas liberais, todavia, em nosso entender, esta deslocação terá sido muito mais uma

nhada pela *Sagres*, D. Luís, com os seus joviais 20 anos, passara pelas ilhas adjacentes, fé-lo enquanto Infante e Duque do Porto, sem quaisquer pretensões ao trono. Ainda assim, a sua inesperada visita causou imenso alvoroço. A 31 de Outubro — dia do seu aniversário natalício — aportou à ilha Terceira fazendo irromper salvas das baterias do castelo de S. João Batista e toques de sino, sucedendo-se festejos e iluminações<sup>11</sup>. O príncipe chegou a desembarcar, subindo à cidade de Angra por entre a multidão de ilustres e de populares. Além do *Te Deum*, um dos momentos solenes foi a visita ao monumento erguido a seu avô D. Pedro, Duque de Bragança<sup>12</sup>.

A 2 de Novembro, D. Luís chegou à ilha do Faial, para grande júbilo das populações locais. A visita prolongar-se-ia até dia 13 e as homenagens originaram imponentes festas e bailes de gala que, por muito tempo, povoaram as recordações da elite social faialense. A surpresa depressa concitou múltiplas solenidades, entre elas, a celebração de um *Te Deum*, iluminações e visitas às instituições assistenciais e às repartições públicas. Sucederam-se passeios por toda a ilha, apreciando o futuro monarca as caçadas nos matos de Castelo Branco, Feteira e Chão-Frio<sup>13</sup>.

Todavia, tratou-se apenas de uma visita de cariz particular, sem qualquer relevância política ou diplomática, mas que o próprio D. Carlos evocou, em 1901, ao confessar o seu já velho desejo de visitar o arquipélago da Madeira, sobre o qual seu pai tecia os mais rasgados elogios sempre que recordava a sua passagem também por aquela ilha<sup>14</sup>.

---

missão política, com vista à consolidação da Regência e à obtenção de apoio financeiro e militar a favor da causa da Rainha, do que propriamente uma visita de cortesia ou então de Estado, em tempo de estabilidade e paz, nos moldes da de 1901. Afirmou Ernesto Rebelo “depois dos indispensáveis arranjos e preparativos para uma tão importante empresa, o Duque de Bragança [embarcou] (...), precedendo o resto da expedição (...), para reunir-se e pôr-se à frente dos seus bravos defensores”. Veja-se Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas”, in *Arquivo dos Açores*, ed. fac-sim., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, vol. VIII, p. 20. Como refere ainda Francisco Faria e Maia, “desde Outubro, (...) estava resolvida a sua vinda para a Terceira, a assumir a Regência em nome de D. Maria II, porém mil obstáculos tinham surgido a demorar a sua partida”. Cf. Francisco A. de Faria e Maia (1994) — *Novas Páginas da História Micaelense (subsídios para a História de S. Miguel), 1832-1895*, 2ª edição, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, (ed. original: 1947), p. 12.

<sup>11</sup> Félix José da Costa, *Noticiário da Honrosa Visita de Sua Alteza Sereníssima o Senhor Infante Dom Luiz Duque do Porto à Ilha Terceira em 31 d’Outubro de 1858*, Angra do Heroísmo, Tip. M.J.P. Leal, 1858, p. 4. Sobre a visita de D. Luís veja-se também Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas”, in *ob. cit.*, pp. 58-71.

<sup>12</sup> Idem, pp. 5-18.

<sup>13</sup> Osório Goulart, *Álbum da Visita Régia à Ilha do Fayal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, pp. 80-83.

<sup>14</sup> Idem, p. 43.

Por tudo isso, como refere e bem, Eduardo Justo Nobre “mais do que uma invulgar exceção”, em cinco séculos de descobertas e conquistas, a vinda dos reis aos arquipélagos adjacentes, em 1901, foi “a primeira grande visita de Estado portuguesa do século XX”<sup>15</sup>. Aliás, a cuidadosa programação e a densidade da agenda conferiram-lhe um carácter moderno de visita oficial que se deveu à iniciativa e ao empenhamento de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.

Nos Açores, e em particular na ilha de S. Miguel, apesar de se notar, através de alguma imprensa de feição ou simpatia republicanas, um certo ressentimento face à política nacional, bem como irónicas críticas às avultadas despesas que o evento comportava para os cofres locais, contudo, também não existiriam dúvidas, mesmo entre os meandros progressistas ou autonomistas, de que a visita era de grande importância para a divulgação das ilhas e para o reforço da unidade nacional<sup>16</sup>, suscitando uma oportunidade para os povos insulares mostrarem as suas capacidades e valias, mas também as muitas carências com que se debatiam. Se muitos periódicos de então, em conformidade com as suas convicções monárquicas, não regateavam encómios aos régios visitantes e em tom de fidelidade faziam uma cobertura intensiva de todos os acontecimentos, sem esquecer a memória da resistência liberal<sup>17</sup>; outros, em menor número, demonstravam um espírito mais crítico e adverso atendendo à sua filiação ou tendências republicanas. O jornal *O Localista*, — amiúde por intermédio de Eugénio Pacheco — não só avançava veementes ataques contra o despesismo em torno da visita, por redundar em “luxos inúteis” e desarticulados face à realidade, como debatia a falta de hotéis e de comodidades, ou seja, de infra-estruturas basilares, destinadas à recepção de forasteiros que, se esperava, a curto prazo, fizessem avolumar as viagens turísticas até às ilhas<sup>18</sup>. Além disso, não se coibiu de criticar o modelo administrativo autonómico,

<sup>15</sup> Eduardo Justo Nobre (2001) — “A Visita Régia à Madeira e aos Açores”, in *Notícias Magazine, Diário de Notícias*, nº 483, Agosto, p. 22.

<sup>16</sup> Cf. Carlos Cordeiro, “Nos Bastidores da Visita Régia”, in *Insulana. A Visita Régia... ob. cit.*, pp. 5-8.

<sup>17</sup> Eram os casos de *O Açoriano Oriental* e o *Diário dos Açores*, entre outros, durante todo o mês de Julho de 1901.

<sup>18</sup> Por exemplo: *O Localista*, nº 39, 6 de Junho de 1901; nº 41, 20 de Junho de 1901; nº 42, 27 de Junho de 1901; nº 50, 29 de Agosto de 1901. Mesmo que se colhessem alguns dividendos da Visita Régia, na óptica deste jornal e “encarando as coisas pelo prisma superior das condições gerais do Tesouro, não seja lamentável que se esbanjassem à louca centenas de contos de reis com as Festas da Visita”. *O Localista*, nº 44, 18 de Julho de 1901.

roçando o ataque pessoal ao seu autor<sup>19</sup>. Já a folha republicana *O Repórter*, bem mais comedida nas críticas, demonstrava a indiferença com que encarava a visita, escusando-se de a descrever ou abordando-a de forma meramente secundária<sup>20</sup>.

Por outro lado, à revelia das opiniões da imprensa, o acontecimento terá sido uma espécie de corolário do triunfo pessoal do micalense Hintze Ribeiro, ainda que este não fosse o seu objectivo ou motivação. Homem de estado, amigo pessoal do rei e monárquico convicto, Hintze preparou toda a viagem, sem descurar o mais ínfimo detalhe, procurando acima de tudo garantir uma entusiástica e calorosa recepção por parte das populações. Apesar de ter ascendido ao mais alto patamar da vida política nacional, Hintze Ribeiro não esqueceu os arquipélagos atlânticos e, não fosse a sua intervenção e influência, esta visita — atrevemo-nos a dizer — talvez não se tivesse realizado. Como transparece nos inúmeros telegramas que o Presidente do Conselho enviou à esposa e a diversas autoridades<sup>21</sup>, a sua primordial preocupação era a de garantir que todas as ovações e manifestações de apreço se dirigissem unicamente aos monarcas, esperando, sem se iludir, o maior sucesso do empreendimento, atendendo à histórica fidelidade dos insulares à Casa de Bragança. A viagem serviria, pois, o intento de recuperar a popularidade dos reis que, no país, se ia esfumando de forma abrupta e assaz comprometedora.

As atribuições conjunturais, a intriga política, o desgaste do regime e a falta de entusiasmo em torno dos monarcas ensombrevam o reinado de D. Carlos, desprovido da imponência e do fausto público, característicos de outros tempos, mas ainda vigorosos entre as demais casas reais europeias. A sobriedade da corte, a exiguidade de meios e o recolhimento da família real numa descontraída vida privada foram realçados por Rui Ramos, como os principais impedimentos às manifestações de realeza no Portugal de finais de oitocentos<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> *O Localista*, n.º 37, 23 de Maio de 1901.

<sup>20</sup> *O Repórter*, n.º 240, 5 de Julho de 1901 e n.º 241, 14 de Julho de 1901.

<sup>21</sup> BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.2, Minutas e telegramas de Hintze Ribeiro a D. Joana e aos Governadores Cívicos. Hintze pediu, expressamente, que não ocorresse qualquer cerimónia dedicada a si, pois que todo o programa da visita devia centrar-se apenas nos reis. Não obstante, um grupo de ilustres cidadãos promoveu uma homenagem ao então Presidente do Conselho, no dia 6 de Julho, descerrando uma lápide na casa onde ele havia nascido. Cf. *Diário dos Açores*, n.º 3067, 6 de Julho de 1901.

<sup>22</sup> Veja-se Rui Ramos, “O Estado e o Patriotismo”, in José Mattoso, dir. (1995) — *História de Portugal. A segunda fundação*, Lisboa, Editorial Estampa, vol. 6, p. 97.

À Casa de Bragança não sorria a prosperidade e o desafogo. D. Carlos recebeu-a comprometida com dois empréstimos avultados, cujas anuidades absorviam quase por completo o rendimento líquido de que a mesma dispunha. Em carta escrita a Hintze Ribeiro, a rainha D. Amélia refere-se explicitamente à escassez de recursos que inviabilizava, tantas vezes, os seus anseios beneficentes e filantrópicos<sup>23</sup>.

No termo do século XIX, os príncipes portugueses continuavam a ser criados e educados no Paço, num ambiente reservado e distinto, segregado da realidade do país, da sociedade moderna, do progresso e da intelectualidade irreverente. Por isso, os membros da Casa Real, demasiado distantes, eram ilustres desconhecidos para os seus súbditos e apenas na região alentejana — onde D. Carlos passava longas temporadas — o rei manteria um maior convívio com as populações que o estimavam.

Segundo João Franco duas características marcaram D. Carlos enquanto rei<sup>24</sup>:

- por um lado, a vivência circunscrita à Corte, herdada de sua mãe, fazia dele, nos primeiros contactos, uma pessoa distante e fria, por força das circunstâncias de ser rei. Não era um aristocrata nas suas relações pessoais e até tinha um “feitio tão português”, mas a educação e a vida do Paço haviam-lhe imprimido um certo alheamento e reserva com que encarava os actos oficiais;
- por outro lado, a interiorização profunda do dogma constitucional de que *o rei reina e não governa*, exerceu grande influência sobre ele, a ponto de o fazer esquecer que sendo o responsável pela criação dos executivos e consequentes remodelações ministeriais, não ficava isento de responsabilidades governativas. Por tudo isso, os ataques oposicionistas voltaram-se também contra o rei, que nunca saiu poupado. Isolado da nação, dependente dos políticos monárquicos, o rei tornou-se refém do rotativismo e demasiado frágil mediante as crescentes investidas dos republicanos. Daí o trágico desfecho do seu reinado.

A vida adulta e pública de D. Carlos parece ter sido marcada por maus augúrios e infortúnios, como notou o antigo ministro da Coroa, António Cabral<sup>25</sup>. No dia do casamento com D. Amélia de Orleans, impuseram-se duas sombras aos festejos: a mutilação de dois artilheiros que dis-

---

<sup>23</sup> BPARPD-FERHR, Caixa 13.19, Doc. 13.19.6, *Carta da Rainha D. Amélia dirigida a Hintze Ribeiro*, s/d.

<sup>24</sup> Cf. *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello Branco seu último Presidente do Conselho*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, pp. 19-23.

<sup>25</sup> Veja-se Antonio Cabral, *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a José ... ob. cit.*, pp. 26-27.

paravam as salvas do estilo no forte de Sacavém, devido à explosão das peças; a notícia de que os membros da Família Orleans haviam sido banidos de França. Como monarca, o dia do solene juramento às Cortes, coincidiu com a morte, na cidade do Porto, da exilada Imperatriz do Brasil<sup>26</sup>. Mas, verdadeiramente grave, foi ter herdado um país e um trono decadentes, enfrentando, logo no início, uma aguda crise financeira e uma não menos comprometedora crise diplomática com a Inglaterra. A 31 de Janeiro de 1891, a convulsão republicana no Porto – a primeira revolta militar contra o regime — assinalava o crepúsculo da Monarquia, pouco depois ensombrada pela tão polémica e atribulada questão religiosa. E tudo isto sob o estigma da dissidência político-partidária, da instabilidade governativa e da ambição desmedida dos políticos monárquicos que culminaria na funesta ditadura. Como um dia escreveu o próprio João Franco, no crítico rescaldo do regicídio: D. Carlos “teve a má sorte de reinar num país que nunca teve nem quis ter educação política e devoção cívica”<sup>27</sup>.

Apesar do anátema que pesou sobre o seu reinado, maculando irreversivelmente a imagem do homem e do rei, D. Carlos era senhor de elevado grau de “ilustração e cultura”,<sup>28</sup> configurado num notável perfil de diplomata. Já o seu progenitor mostrara grande interesse pela numismática e pela literatura inglesa<sup>29</sup>, cujo domínio e fluência da língua era igualmente apanágio de D. Carlos. A sua espontânea veia artística, no campo da pintura, valeu-lhe alguns prémios internacionais<sup>30</sup>, enquanto no âmbito científico devotou à oceanografia, sobretudo no domínio da biologia marítima, um relevo particular<sup>31</sup>.

Ora, pelo seu espírito cosmopolita e considerável prestígio pessoal, o monarca conseguiu exercer um relevante papel no âmbito da política

<sup>26</sup> Idem, pp. 26-27.

<sup>27</sup> *Cartas d'El-Rei D.Carlos I a João Franco... ob. cit.*, p. 16.

<sup>28</sup> Além da veia artística, configurada em diversas pinturas que deixou, D. Carlos publicou também algumas obras de natureza científica, como, por exemplo, o *Catálogo Ilustrado das Aves de Portugal*, com aguarelas do próprio.

<sup>29</sup> D. Luís deixou algumas traduções, em especial, de obras de Shakespeare.

<sup>30</sup> Cf. Manuel de Sousa, *ob. cit.*, p. 153. De acordo com este autor, D. Carlos era também um amante do desporto. Cultivava a caça e praticava ténis, golfe, desportos náuticos, revelando grande apreço por futebol, como espectador assíduo e patrocinador, dado que o primeiro encontro Lisboa-Porto, em 1894, foi disputado com uma Taça oferecida pelo então príncipe real.

<sup>31</sup> O interesse de D. Carlos pelas ciências mereceu o reconhecimento internacional, sobretudo no âmbito da meteorologia. D. Carlos deixou, em livro, os resultados de algumas investigações científicas a que procedeu, com observações e dragagens, junto das costas portuguesas, no iate a vapor D. Amélia. A.F.B., *El-Rei de Portugal, o Senhor D. Carlos I e as Letras e Sciencias Portuguezas*, Évora, Minerva Commercial, 1903, pp. 21-24.



externa, visitando as mais destacadas cortes europeias e recebendo, em Lisboa, importantes homólogos, seus ministros e embaixadores. Visitaram Portugal, no reinado de D. Carlos, Afonso XIII de Espanha, Guilherme II da Alemanha, Eduardo VII de Inglaterra, Loubet, presidente da França e o rei do Sião (actual Tailândia). É certo que em tempos de corrida imperialista, as pretensões de várias nações europeias no continente africano colidiam com os interesses de Portugal. O país, detentor de apetecíveis e consideráveis colónias, sofreu humilhantes ingerências estrangeiras, valendo em algumas situações as relações de amizade do rei-diplomata, que lhe granjearam uma notável posição entre os monarcas do seu tempo. Se a Inglaterra nunca esqueceu D. Carlos, nas outras nações que visitou “a sua passagem não foi também indiferente, e desde então ... [foi] crescendo sucessivamente em importância e consideração internacionais a Nação e o Rei”<sup>32</sup>.

Assim, muito mais do que um acto de política interna, a visita régia às ilhas inscreveu-se também no jogo das relações internacionais, com especial destaque para um maior estreitamento dos laços com a velha aliada lusitana. Eduardo VII ascendera ao trono há apenas seis meses e D. Carlos, que assistira aos funerais da rainha Victória, mantinha uma relação amistosa com o novo monarca, contribuindo para amenizar o mal-estar despoletado desde 1890.

## **2. A relevância e o simbolismo da régia visita**

### **2.1. O significado diplomático e político**

Em Junho de 1901, o Ministro dos Negócios Estrangeiros foi informado de que o governo inglês iria mandar dois navios de guerra aos Açores por ocasião da visita de SS MM<sup>33</sup>. Juntamente com uma embarcação espanhola, a escolta estrangeira da frota real portuguesa visava homenagear os respectivos soberanos. Esta particularidade, acrescida da presença de jornalistas de outras nações, atesta o interesse internacional que a visita suscitou. De acordo com Jean Pailler, numa altura em que se redefiniam alianças políticas e em que se avolumavam as tensões entre as

---

<sup>32</sup> *Cartas d'El-rei D. Carlos I a João.... ob. cit.*, p. 29.

<sup>33</sup> BPARPD – FERHR, Caixa 9, Doc. 9.4.2., Ofício do Barão de S. Pedro, em papel timbrado do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Gabinete do Ministro).

potências, Portugal concitava as atenções internacionais face ao valor estratégico de muitas das suas possessões ultramarinas<sup>34</sup>. A partir de 1898, — como salienta António José Telo<sup>35</sup> — o Atlântico e, os Açores, em particular, haviam-se tornado no centro das preocupações britânicas e, por conseguinte, a importância dos arquipélagos não terá passado despercebida ao rei e aos seus conselheiros. Desde esse mesmo ano, os EUA depois do sucesso contra os espanhóis “tentavam por o pé nos Açores, cujo valor estratégico, mesmo no meio do Atlântico Norte, já então apreciavam”<sup>36</sup>. Assim, tornava-se fundamental relançar e consolidar o poder régio e, sobretudo, reforçar a integridade nacional. Com esta viagem reafirmou-se a soberania portuguesa sobre as ilhas, não obstante as implícitas garantias conferidas por D. Carlos aos ingleses, em simbólicos brindes celebrados a partir dos mares dos Açores ou em convívio com os mais destacados membros da colónia britânica residente no Funchal. Além da escolta marítima, “cada escala, em razão da presença de oficiais estrangeiros, e particularmente a do Funchal onde a colónia britânica era muito importante, deu lugar a discursos exaltando a amizade luso-inglesa”<sup>37</sup>. Consubstanciava-se, então, a vetusta aliança entre os dois países, reposta pelo Tratado de Windsor em 1899, que ao mitigar os efeitos do *Ultimatum*, fez alinhar Portugal com a Grã-Bretanha<sup>38</sup>.

Em mensagem dirigida a D. Carlos, por esta comunidade, na grandiosa recepção oferecida na Quinta do Palheiro, foi salientada a respeitosa devoção à pessoa do rei e à sua dinastia, agradecendo a hospitalidade que há mais de 250 anos a Coroa portuguesa dispensava aos súbditos ingleses nos seus territórios, como era o caso da ilha da Madeira. Enaltecendo as vetustas relações bilaterais entre os dois países, os repre-

<sup>34</sup> Jean Pailler (2002) — *D. Carlos I, Rei de Portugal. Destino maldito de um rei sacrificado*, Lisboa, Bertrand, pp. 127-129.

<sup>35</sup> António José Telo (1993) — *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*, Lisboa, Edições Asa, pp. 17 e ss.

<sup>36</sup> Jean Pailler (2002), *ob. cit.*, p. 128.

<sup>37</sup> *Idem*.

<sup>38</sup> Em 1903, cerca de dois anos após a Visita Régia aos arquipélagos e no decurso das conversações entre D. Carlos e Eduardo VII viria a emergir o conceito de “facilidades” — já tratado por Medeiros Ferreira — com o intuito, por parte dos portugueses, de concederem ou facilitarem, aos seus aliados, a utilização dos depósitos de carvão nos principais portos atlânticos nacionais. Veja-se José Medeiros Ferreira (1985) — “Revisão Histórica da Participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial: a dimensão ibérica-insular”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, I.H.I.T., vol. XLIII, tomo II, pp. 635 e ss.

sentantes da colónia britânica destacaram a relação quase fraterna com o rei Eduardo VII, desejando o aprofundamento da amizade entre as duas Coroas. Por fim, depois de formularem votos dos melhores resultados da visita para os habitantes da ilha – a verdadeira Pérola do Atlântico<sup>39</sup> – D. Carlos teve ocasião de erguer um significativo brinde ao rei de Inglaterra<sup>40</sup>.

No Discurso da Coroa, em que o monarca aludiu à visita aos arquipélagos adjacentes, o próprio salientou o carácter internacional que a visita granjeou, bem como o inexecedível acolhimento proporcionado pelo insulares. Passamos a citar um pequeno excerto:

“Tendo, na Minha recente viagem às Ilhas Adjacentes, encontrado, no porto da Horta, navios de guerra que o Augusto Soberano da Inglaterra, Imperador das Índias, e Sua Majestade a Rainha Regente de Espanha ali enviaram a cumprimentar-Me, acompanhando-Me, em seguida, alguns desses navios até que regressei a Lisboa, gostosamente consigno aqui o Meu reconhecimento por tão penhorantes e obsequiosas deferências. Por igual agradeço ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil o ter mandado a Portugal um navio da sua esquadra, em testemunho de fraternal estima entre as duas nações.

Aos povos da Madeira e dos Açores, que Me acolheram e a Sua Majestade a Rainha, Minha muito Amada Esposa, com extremos de dedicação e afecto, festejando a nossa visita àquelas formosas terras portuguesas, que tão nobres tradições encerram nos serviços prestados à causa da liberdade, expresso a nossa grata e perdurável recordação”<sup>41</sup>.

Como se infere das palavras de D. Carlos, além da importância no domínio da política internacional, a visita régia também se revestiu de uma forte carga simbólica, de enaltecimento e revivalismo da memória histórica, com múltiplas e laudatórias alusões ao heróico passado insular. No tocante à Madeira, onde os monarcas chegaram a 22 de Junho, as autoridades locais souberam evidenciar a primogenitura do arquipélago na filiação das conquistas quatrocentistas, bem como o pioneirismo da admi-

---

<sup>39</sup> BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.3., Ofício do Governador Civil do Funchal dirigido a Hintze Ribeiro, com um exemplar da representação da Colónia Britânica do Funchal, 17 de Maio de 1901. Veja-se também Cyriaco de Brito Nóbrega, *A Visita de Suas Majestades os Reis de Portugal ao Archipelago Madeirense. Narrações das festas*, Funchal, s/ n, 1902, pp. 27-28.

<sup>40</sup> Cf. Cyriaco de Brito Nóbrega, *ob. cit.*, p. 69.

<sup>41</sup> Cit. por Osório Goulart, *ob. cit.*, p. 71.

nistração local, enobrecida pela secular devoção dos madeirenses ao reino e à dinastia de Bragança. As ilhas, precursoras da gesta ultramarina portuguesa mereciam, pois, a atenção dos monarcas que nelas só podiam encontrar lealdade e dedicação<sup>42</sup>.

Nas ilhas dos Açores, nas quais os monarcas desembarcaram (Faial, Terceira e S. Miguel), foram assaz significativos os momentos de entusiástica evocação do contributo dos açorianos para o triunfo da causa constitucional<sup>43</sup>. Em Angra do Heroísmo, outrora capital da Regência, o rei assumindo-se como “liberal e português” agradeceu e recordou a epopéia dos seus Augustos Avós naquele “retalho abençoado da terra portuguesa”. A lealdade e a devoção cívica dos açorianos foi amiúde enaltecida por D. Carlos, que atribuiu sempre as calorosas recepções de que era alvo à constante fidelidade do povo açoriano, e terceirense, em particular, à dinastia de que era membro e à pátria portuguesa<sup>44</sup>.

Não obstante, o formalismo dos discursos e o reconhecimento face à deferência dos reis em atravessarem os mares para visitar os arquipélagos, algumas notas reivindicativas sobressaíram das palavras dos governantes insulares. O presidente da Junta Geral de Ponta Delgada não se coibiu de manifestar aquela que considerava a mais importante das suplicas: que os açorianos fossem considerados “na distribuição dos benefícios do estado inteiramente iguais aos seus irmãos do continente, que os não excedem no amor à pátria portuguesa, nos cultos à liberdade, na dedicação às instituições e na fidelidade ao seu Rei”<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> Vejam-se os discursos transcritos por Cyríaco de Brito Nóbrega, *ob. cit.*.

<sup>43</sup> “Os notáveis e eficazes serviços prestados à causa da liberdade e da minha dinastia pelos habitantes da cidade da Horta foram justo motivo para que se lhe conferisse o honroso título de sempre leal, e em seu ilustre brasão figurem as quinas portuguesas e o busto de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro IV, meu Augusto Avô. De tão honrado título nunca desmereceram os povos d’este concelho, e na maneira tão jubilosa e cordial por que saúdam a visita dos seus Monarcas mais uma vez, por modo inequívoco e sobremaneira cativante, demonstram quanto os seus nobres sentimentos são conformes às suas antigas tradições de lealdade. Com Sua Majestade a Rainha agradeço pois, muito gratos e muito reconhecidos, aos dignos representantes d’este benemérito concelho, o carinho e alegria com que fomos recebidos, e as expressões que tanto relevo dão à sua afectuosa e dedicada homenagem”. Resposta de Sua Majestade El-Rei à alocação proferida pelo Presidente da Câmara Municipal da Horta, no dia 28 de Junho. Osório Goulart, *ob. cit.*, p. 21.

<sup>44</sup> Vejam-se os discursos e alocações transcritas por Alfredo Luís de Campos, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1903.

<sup>45</sup> BPARPD – FERHR, Caixa 9.4.2., *Discurso do Presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada*.

Por seu turno, o presidente da Câmara Municipal do Funchal fez notar a necessidade de o monarca, pelo lugar que ocupava, proteger “os interesses reais e morais desta parte do país”, para que aos olhos dos estrangeiros não a julgassem preterida e abandonada<sup>46</sup>. O que doravante mais importava era garantir o progresso no sentido de se provar ao mundo que “não se limitou Portugal a possuir e a usufruir, senão também a ilustrar e a civilizar”<sup>47</sup>.

No que concerne à ilha da Madeira, há muito que se fazia sentir, entre uma boa parte da opinião pública, um forte descontentamento em relação aos centros de poder e até um certo ressentimento face aos avanços políticos conquistados pelos açorianos, nomeadamente em relação à autonomia administrativa que, já desde 1895, gozava o distrito de Ponta Delgada e o de Angra do Heroísmo, desde 1898. Apenas em 1901, por Carta de Lei de 12 de Junho, foi promulgado idêntico regime para o arquipélago da Madeira que, contudo, não mereceu a aprovação dos autonomistas locais, dadas as suas tendências mais centralizadoras do que nos distritos dos Açores<sup>48</sup>. O sentimento era de que “os diversos governos, talvez pela presença de açorianos, como era o caso de Hintze Ribeiro, privilegiavam os Açores em detrimento da Madeira”<sup>49</sup>. De facto, o então Presidente do Conselho chegou a ser acusado, pela imprensa madeirense, de nunca ter simpatizado com aquele arquipélago. Seria, assim, a visita uma forma de amenizar ou esbater estas divergências?

## 2.2. O potencial simbólico e a promoção do progresso

Se entre alguma opinião pública insular a visita foi olhada com alguma indiferença ou até apreensão face às avultadas despesas que comportou, como vimos anteriormente, para a grande maioria, afigura-

---

<sup>46</sup> “Agradecendo, pois, mais uma vez, em nome do município do Funchal, a honrosa visita de Vossa Majestades, (...) consintam (...) Lhes rogue que, dentro dos limites da alta esfera de influencia em que a constituição do estado As coloca, Protejam os interesses reais e morais desta parte do pais, para que o elemento estrangeiro que tão amiudadamente nos freqüenta, não possa com razão julgar que este arquipélago — apesar dos seus reconhecidos e indisputados direitos de primogenitura, — apesar das suas dedicações pela estirpe gloriosa que ora nos rege, — apesar da riqueza de seus produtos e da beleza e encantos com que a natureza o fadou, — permanece abandonado e por ventura quase esquecido da mãe pátria”. Cit. por Cyriaco de Brito Nóbrea, *ob. cit.*, p. 41.

<sup>47</sup> Idem, p. 41.

<sup>48</sup> Alberto Vieira, coord. (2001) — *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação, pp. 270-271.

<sup>49</sup> Idem, p. 271.

ram-se de enorme relevância os dividendos que dela se poderiam retirar. O evento propiciou uma redescoberta dos arquipélagos, cuja projecção nacional e internacional significava, por si só, um importante benefício. Para alguns articulistas micalenses, muito mais do que uma honra ou um facto meramente político, a viagem real não só possibilitava uma melhor percepção dos problemas locais por parte do poder central, como garantia uma ampla divulgação das ilhas de forma a que se pudesse colher futuros proventos turísticos. Havia a noção do grande desconhecimento que os continentais mantinham em relação aos arquipélagos adjacentes e, por isso, a cobertura jornalística do evento era um privilégio que não devia ser descurado<sup>50</sup>.

Periódicos como *O Comércio do Porto* e o *Diário de Notícias* fizeram deslocar os seus “representantes especiais” e o próprio Hintze Ribeiro encarregou-se do envio diário de pormenorizados telegramas, ao Ministro da Justiça, os quais foram publicados no *Diário do Governo*<sup>51</sup>. Os ecos da viagem na imprensa nacional foram, porém, bastante diversificados. Enquanto alguns periódicos são muito parcimoniosos nas informações sobre a viagem dos reis aos arquipélagos, outros não se coibiram de apresentar extensos relatos do evento, ilustrados com gravuras e descrições das ilhas. Foi o caso, por exemplo, do jornal *O Século* que, em diversos números e sob destacado título “Viagem Régia aos Açores”, trouxe a público um autêntico retrato das ilhas, com descrições da paisagem, com nótulas históricas sobre as localidades, passando pela caracterização de costumes e tradições. Tão pouco era esquecida a demografia, a organização política, judicial e eclesiástica ou as principais produções agrícolas. Gravuras panorâmicas ou de monumentos das cidades da Horta, Angra e Ponta Delgada ombreavam com imagens paisagísticas das Sete Cidades. Mais do que nunca a viagem concitara um pretexto de divulgação das belezas insulares, coadjuvadas pela exposição detalhada da agenda dos viajantes<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Veja-se Susana Serpa Silva, “Acheegas para outras leituras da Visita Régia aos Açores”, in *Insulana. A Visita Régia...ob. cit.*, pp. 24-25.

<sup>51</sup> O escritor Alfredo de Mesquita foi o correspondente do *Diário de Notícias*, enquanto outros jornais enviaram propositadamente os seus correspondentes, Cf. Osório Goulart, *ob. cit.*, p. 58 e BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.3, Carta da Direcção do jornal *O Comércio do Porto*, 12 de Junho de 1900. Veja-se também os telegramas transcritos, em anexo, por Susana Serpa Silva, “Acheegas para outras leituras da Visita Régia aos Açores”, in *Insulana. A Visita Régia...ob. cit.*

<sup>52</sup> *O Século*, nº 7.000, 30 de Junho de 1901; nº 7.006, 6 de Julho de 1901.

Já o jornal *A Nação*<sup>53</sup>, por exemplo, era muito mais lacónico nas suas notícias. Em páginas secundárias e sob o título “A Viagem do Chefe de Estado” ou “Crónica”, oferecia exíguos resumos do programa e dos momentos mais relevantes. Embora algumas notas não ultrapassassem 10 linhas de uma coluna, não deixavam de realçar as fervorosas aclamações populares, bem como a presença de “muitos forasteiros” nos entusiásticos festejos.

Apesar do programa da visita incidir nos aspectos lúdicos e recreativos, obrigando a gastos com infra-estruturas tão sumptuosas, quanto efémeras, nos Açores, por exemplo, algumas iniciativas de vulto aproveitaram às localidades, quer com melhoramentos e restauros de edifícios e estradas, quer com a realização de exposições e feiras de interesse económico, (tanto em S. Miguel, como na Terceira) ou ainda com a colocação da primeira pedra do futuro Observatório Meteorológico faialense. Ademais, e em conformidade com o espírito civilizador e filantrópico do século, destaque-se a vertente beneficente da visita. Os asilos, os hospitais das Misericórdias, entre outras instituições assistenciais, receberam a visita da rainha e uma parte considerável dos donativos dos soberanos, bem ao gosto de D. Amélia que desempenhou um notável papel no âmbito da protecção social, nomeadamente na assistência aos tuberculosos<sup>54</sup>.

Outro facto indesmentível proporcionado por esta visita foi o contacto próximo e directo entre os súbditos da periferia insular com os monarcas. A visita transformou os distantes e inacessíveis membros da realeza, ainda que venerados e divinizados, em figuras humanas e menos longínquas aos olhos incrédulos dos populares, para quem o próprio regime ter-se-à tornado mais concreto e real. No entanto, mais do que o sentimento monárquico foi a curiosidade que moveu as populações, a ponto de, no Funchal, por exemplo, após a partida dos reis, centenas de pessoas acorrerem ao palácio de S. Lourenço “para ver os aposentos dos

<sup>53</sup> *A Nação*, 13.592, 3 de Julho de 1901, nº 13.593, 4 de Julho de 1901; nº 13.594, 5 de Julho de 1901; nº 13.595, 6 de Julho de 1901; nº 13.596, 7 de Julho de 1901; nº 13.597, 9 de Julho de 1901 e ss.

<sup>54</sup> Entre as iniciativas de D. Amélia, é de assinalar o êxito da instituição da Assistência Nacional aos Tuberculosos, criada em 1899. Durante a I Guerra Mundial trabalhou para a Cruz Vermelha, o que lhe valeu ser condecorada pelo rei da Inglaterra. Além disso, interessou-se muito pelo património histórico português, criando, em 1905, o Museu dos Coches em Lisboa. Veja-se Manuel de Sousa, *ob. cit.*, p. 155. Segundo Osório Goulart, só na cidade da Horta os monarcas deixaram 1.250\$000 ao Governador Civil, dos quais a maior fatia se destinou ao Hospital da Misericórdia e o resto, em quantias mais modestas, aos Asilos e à futura Cozinha Económica.

monarcas” ovacionando, pela noite dentro, os principais responsáveis, pelo êxito da recepção<sup>55</sup>.

### 2.3. Segurança e ordem em tempos de instabilidade

Os reis passearam pelas ilhas, rodeados por numerosas multidões e desprovidos de quaisquer meios de segurança pessoal. De carruagem aberta ou simplesmente a pé os monarcas desfilavam, totalmente desprotegidos, por entre intensos cordões humanos ou compactas aglomerações. Sendo certo que a pacatez das ilhas e a morigeração dos ilhéus inspiravam tranquilidade e confiança, contudo a presença de inúmeros forasteiros e a atribulada conjuntura nacional e internacional, obrigariam a maiores cogitações e cautelas.

É certo que a deslocação dos reis determinou a tomada de providências excepcionais, devendo salientar-se a vinda de algumas guarnições militares e de Guardas Civis de Lisboa, com vista a reforçar os efectivos locais. Todavia, a primordial preocupação era a de evitar desacatos ou incidentes que pudessem por em causa a ordem pública e o êxito da visita e não propriamente a de proteger a integridade física dos reis. Predominava um clima de confiança e descontração bem visível, por exemplo, na feira agro-pecuária do Paúl, na ilha Terceira, onde para 30.000 pessoas estiveram presentes apenas 10 guardas civis. Em S. Miguel, durante as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres — adiadas de Maio para Julho em atenção aos visitantes — D. Carlos não só integrou o cortejo processional, como atravessou todo o Campo de S. Francisco repleto de pessoas. Este facto não passou despercebido ao correspondente de um jornal inglês que destacou a confiança do monarca ao meter-se no meio de uma praça apinhada de gente<sup>56</sup>.

As medidas de segurança tomadas na ilha da Madeira foram muito semelhantes às dos Açores e igualmente atinentes a emprestar solenidade às ocasiões, do que a garantir protecção. À porta dos Paços do Concelho do Funchal uma força de Infantaria 27 fazia a guarda de honra, enquanto no largo fronteiro se espalhou a multidão “contrariada e descontente” por não poder entrar no edifício<sup>57</sup>. Na missa campal, que decorreu na anti-

<sup>55</sup> *O Século*, nº 7.006, 6 de Julho de 1901.

<sup>56</sup> Veja-se o anterior trabalho nosso “Achegas para outras leituras da Visita Régia aos Açores”, in *Insulana. A Visita Régia...ob. cit.*, pp. 32-33.

<sup>57</sup> Cyríaco de Brito Nóbrea, *ob. cit.*, p. 38.



ga Praça da Academia, depois Campo de D. Carlos, as forças militares acompanharam todo o ofício e, como sucedeu em toda a viagem, o balanço da visita foi muito positivo. Durante os 3 dias de estada na ilha “não houve uma só nota discordante: todos os madeirenses, sem distinção de sexo, classe ou fortuna, prestaram aos seus Reis o culto da sua respeitosa simpatia — todos os aclamaram na mais completa unanimidade de júbilo e afecto. Souberam honrar os seus Monarcas e souberam honrar-se a si próprios (...) esquecendo-se do injustificável abandono a que tem sido condenados (...) pelos poderes públicos”<sup>58</sup>.

De facto, as memórias em torno da visita régia à Madeira e aos Açores não registam quaisquer incidentes. A imprensa micaelense fez eco de que em tantos dias de festa “nenhuma nota discordante, nenhum incidente desagradável na cidade ou fora dela. A policia não teve que fazer nem uma detenção. Cada qual se compenetrou do seu dever e soube cumprir-lo distintamente”<sup>59</sup>. Não obstante, apenas seis anos e meio separaram estes acontecimentos do regicídio de 1 de Fevereiro. Se, por um lado, durante este período a conjuntura política nacional se agravou consideravelmente, tornando a morte do rei inevitável, por outro lado, não podemos deixar de registar que há muito a febre regicída se alastrara na Europa, surgindo actualmente alguns relatos — por via de tradição oral que urge estudar e confirmar — de que já em 1901 se teria preparado um atentado ao rei, aqui mesmo nas ilhas dos Açores<sup>60</sup>.

Se era “senso comum que as violências políticas eram insustentáveis em Portugal”<sup>61</sup> e a história do país não evidenciava assassinatos de chefes de estado, a ideia não se afigurava inusitada e os regicídios não eram inéditos na Europa, tanto em épocas mais recuadas, como na atribulada conjuntura da controversa *Belle Époque*. Apenas para mencionar os mais próximos: a 29 de Julho de 1900, em Monza, Humberto I de Itália perdera a vida às mãos de um anarquista e a 29 de Maio de 1903, os soberanos sérvios, Alexandre I e Draga sucumbiriam violentamente a uma investida revolucionária<sup>62</sup>.

Em Portugal iam-se urdindo as conspirações revolucionárias e subversivas entre grupos republicanos, dissidentes monárquicos e sociedades

<sup>58</sup> Idem, p. 94.

<sup>59</sup> *Gazeta da Relação*, nº 5.157, 13 de Julho de 1901.

<sup>60</sup> Veja-se artigo de *O Correio dos Açores*, Ano 88, nº 25.820, 3 de Fevereiro de 2008.

<sup>61</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*, p. 112.

<sup>62</sup> Américo Faria (1954) — *Dez Regicídios Emocionantes*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, pp. 77 e ss.

secretas, mas como revelam curiosos estudos de meados de novecentos “quem não acreditava na possibilidade de um crime desta natureza era o próprio rei que, quando na capital, continuava a passear na sua carruagem, sem quaisquer medidas de precaução. Ele julgava conhecer o povo português e confiava nele. A história pátria não registava até então um único regicídio que fosse, o que denotava a boa índole das gentes lusitanas”<sup>63</sup>. Porém, um bom observador teria percebido que a atmosfera social portuguesa pressagiava a aproximação de uma violenta tempestade.

### 3. Breves conclusões

A despedida dos monarcas transformou-se, em qualquer das ilhas, em momentos de apoteótica comoção. No banquete de 150 talheres servido no Governo Civil de Ponta Delgada, por exemplo, D. Carlos, em gentil discurso, admitira que “nunca no seu reinado o seu coração de rei e de homem fora mais vivamente tocado. Aos sentimentos de amizade e lealdade do povo de S. Miguel saberia corresponder com gratidão imorredoura”<sup>64</sup>.

O sucesso do empreendimento bem podia encher de orgulho os responsáveis pela viagem, em especial Hintze Ribeiro, mas, ainda assim, as notas críticas, marcadas pelo cepticismo enraizado pelos descontentamentos dos insulares, não deixaram de se fazer sentir. O efêmero clima de apaziguamento entre os partidos políticos rapidamente se esbateu. Afinal, o que então concluir desta triunfante viagem?

“Ela só serviu a demonstrar os fidalgos sentimentos de todo um povo, essencialmente monárquico, e ainda, por felicidade emocionável, pelo menos na sua parte insulana. Mas, deve servir para mais alguma coisa. Como de seu princípio dissemos, o chefe do Estado viu como, dos poderes públicos esquecidos, apenas entregues aos maravilhosos recursos com que a natureza os dotou, as nossas ilhas souberam corresponder à grata lembrança da sua visita. E com certeza soaram, mais de uma vez, como gritos de remorso aquelas aclamações de povos, carregados de impostos, privados de instrução, vitimados pelos mandões do partidarismo, que, em Ponta Delgada, por exemplo, soube

---

<sup>63</sup> Idem, pp. 189-190.

<sup>64</sup> BPARPD – FERHR, Caixa 9.4.2., *Minuta de telegrama enviado ao Ministro da Justiça*, no dia da partida do reis.

inaugurar uma lápide na casa onde nasceu o sr. Hintze Ribeiro, e não conseguiu inaugurar o caminho de ferro para a Ribeira Grande e o Hospital para alienados”<sup>65</sup>.

Por outro lado, no âmbito do objectivo de reabilitação da imagem do monarca e do poder régio, o regresso a Lisboa fora uma preocupação premente do Presidente do Conselho. Nas suas palavras era “indispensável e convenientíssimo que a recepção a Suas Majestades correspondesse ao brilho da viagem”, como se desejasse prolongar a aproximação entre o rei e os súbditos. Neste desiderato, encarregou o Ministro da Justiça de supervisionar os preparativos, tanto no Arsenal como na Barra, com navios engalanados e muita concorrência popular<sup>66</sup>. A 14 de Julho a frota real entrou no Tejo, deixando para trás as ilhas onde se perpetuaram as recordações de uma visita única, mas de proventos e realizações muito efêmeras e limitadas face às aspirações locais. Os cofres públicos ficaram depauperados, obrigando, em alguns casos, a recorrer a leilões para fazer face ao défice<sup>67</sup>.

No entanto, mesmo que sem consequências imediatas para o incremento e a política interna arquipelágica, a visita à Madeira e aos Açores revestiu-se de grande interesse e importância. Apesar da imprensa e das fontes oficiais não serem muito claras quanto aos motivos que a originaram, entendemos que estes terão sido de natureza política, estratégica e diplomática, cuja confluência terá sido determinante. Por um lado, urgia aplacar o crescente clima de descontentamento dos insulares para com o poder central, ainda que Hintze Ribeiro tivesse promulgado o decreto ditatorial que facultava a autonomia administrativa das ilhas. Fizera-o em 1895 para os Açores e mais tarde, em 1901, para a Madeira, cujos habitantes, nesta matéria, se sentiam preteridos em relação aos açorianos. Por outro lado, à afirmação pessoal do Presidente do Conselho, sobrepunha-se a fundamental revitalização da imagem do monarca e da Casa Real, bem como o reforço do poder régio e da uni-

---

<sup>65</sup> *A Nação*, nº 13.602, 14 de Julho de 1901.

<sup>66</sup> BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.2, *Minuta de telegrama cifrado de ERHR dirigido ao Ministro da Justiça*, s/d.

<sup>67</sup> O Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo, por exemplo, fez saber a Hintze Ribeiro que embora já tivessem sido pagas diversas despesas, com as verbas autorizadas, ainda persistia um défice de 5 contos de reis. Por consequência, preparava um leilão com todas as peças de mobiliário adquiridas para o alojamento da comitiva dos reis. BPARPD-FERHR, Caixa 9.4.2., Carta do Governador Civil de Angra, Agosto de 1901.

dade nacional. Estas eram questões primordiais num período assaz conturbado e marcado pelos paulatinos avanços do republicanismo. Por fim, mas não menos relevante, importava consolidar a soberania portuguesa sobre as ilhas atlânticas, no rescaldo do desaire de 1890 e mediante as pretensões imperialistas que então se faziam sentir, por parte de outros reinos europeus, sem melindrar a velha aliança luso-britânica que, aliás, terá saído reforçada desta visita oficial.

Quanto ao significado e ao simbolismo deste acontecimento para os povos insulares, afigura-se-nos bem claro, desde logo pela sua dimensão histórica, transmitida quer pelos testemunhos que persistiram, quer por todo o empenhamento em torno do evento que, ainda hoje, perdura na memória colectiva.